

Papéis Legislativos – NECON/IESP-UERJ

As migrações partidárias da 55ª Legislatura

Rio de Janeiro, maio de 2018.

Por Lucas Martins¹ e Tadeu Henriques²

Nessa legislatura 160 deputados trocaram de partido. Sendo que 54 trocaram mais de uma vez, totalizando 230 trocas de partido. Mas o que teria causado esse volume de migração partidária? Responder essa pergunta não é uma tarefa simples. O parlamentar, primeiramente, deve decidir entre migrar ou não migrar. Caso decida mudar de partido, para qual partido ir? Se o partido deseja ampliar a sua bancada ou mitigar a perda de deputados, quais devem ser seus novos membros? Diversas variáveis são levadas em conta na hora dos deputados e partidos formularem suas estratégias. Os trabalhos de Mello (2004) e Freitas (2012), o primeiro centrado nas decisões dos deputados e o segundo nas dos partidos, elencam algumas variáveis relevantes para a compreensão do fenômeno e subsidiaram a realização desse boletim.

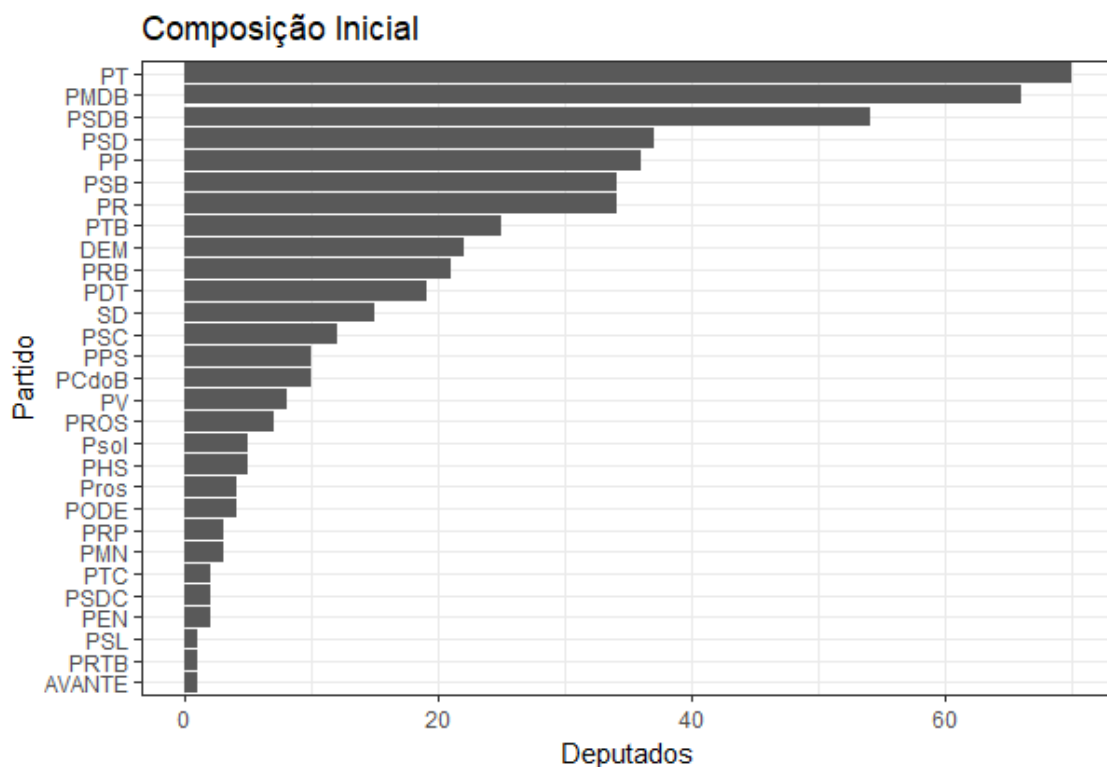
Nas duas próximas seções é feita uma descrição geral das migrações realizadas nessa legislatura e suas consequências para a composição atual da câmara, assim como uma descrição das trocas categorizadas por estados. Nas demais seções serão analisadas a relação entre as migrações e o conflito governo/oposição, fundo partidário, oferta de candidatos e corrupção. Por último, promovemos pequena discussão à guisa de conclusão.

Quadro geral das migrações

Depois das eleições de 2014 a composição da Câmara dos Deputados era a seguinte:

¹ Mestrando em Ciência Política IESP/UERJ

² Mestrando em Ciência Política IESP/UERJ

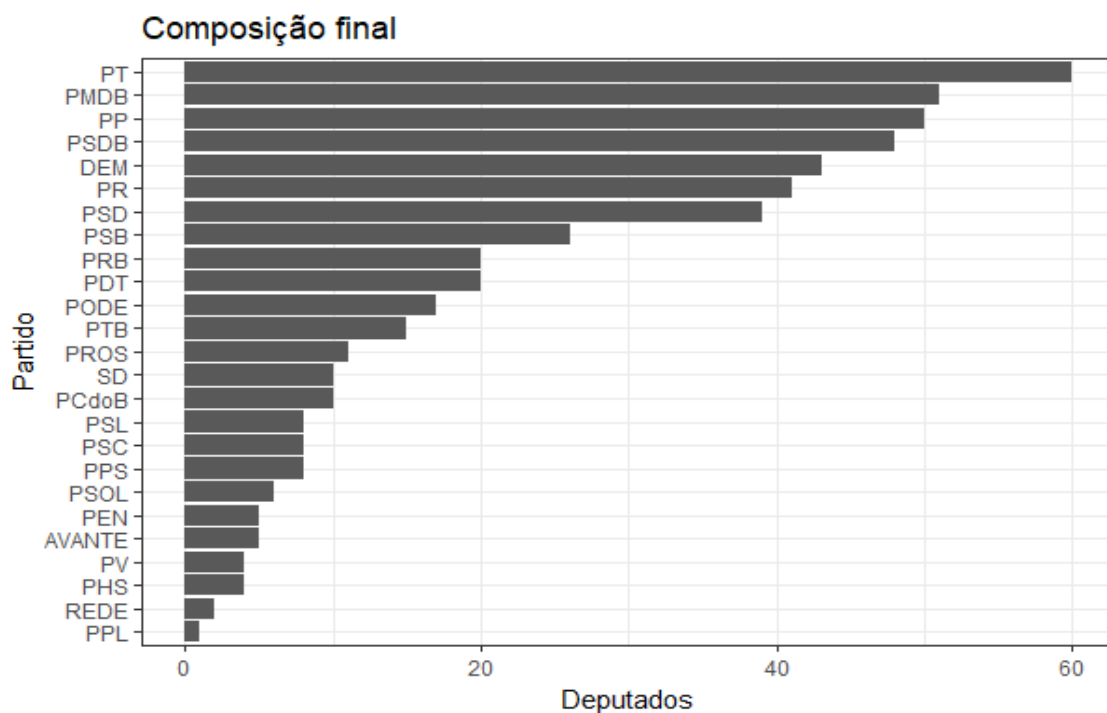


(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)³

Depois de duas janelas partidárias, uma entre março e abril de 2012 e outra este ano no mesmo período, na qual os deputados podem trocar de partido sem correr o risco de perder o mandato, a composição da Câmara agora é esta⁴:

³ Os dados utilizados nas tabelas e gráficos neste boletim foram extraídos a partir da API da Câmara dos Deputados (2018) nos meses de Abril e Maio, e foram processadas através do pacote CongressBR do R Studio.

⁴ Não são somente as migrações partidárias que afetam a composição da câmara, um deputado ao assumir o cargo no executivo é substituído por um suplente que pode não ser do seu partido, por exemplo.



(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

A partir da comparação entre os dois gráficos se percebe que o PT e o PMDB se mantiveram, respectivamente, como o primeiro e o segundo maior partido da Casa. O PSDB perdeu o posto de terceiro maior partido para o PP, anteriormente quinta maior bancada, e o DEM deixou de ser a nona maior bancada para se tornar o quinto maior partido. Na tabela a seguir é possível identificar o quanto os partidos ganharam e perderam com as migrações:

Tabela 1 – Saldo das migrações partidárias por partido (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

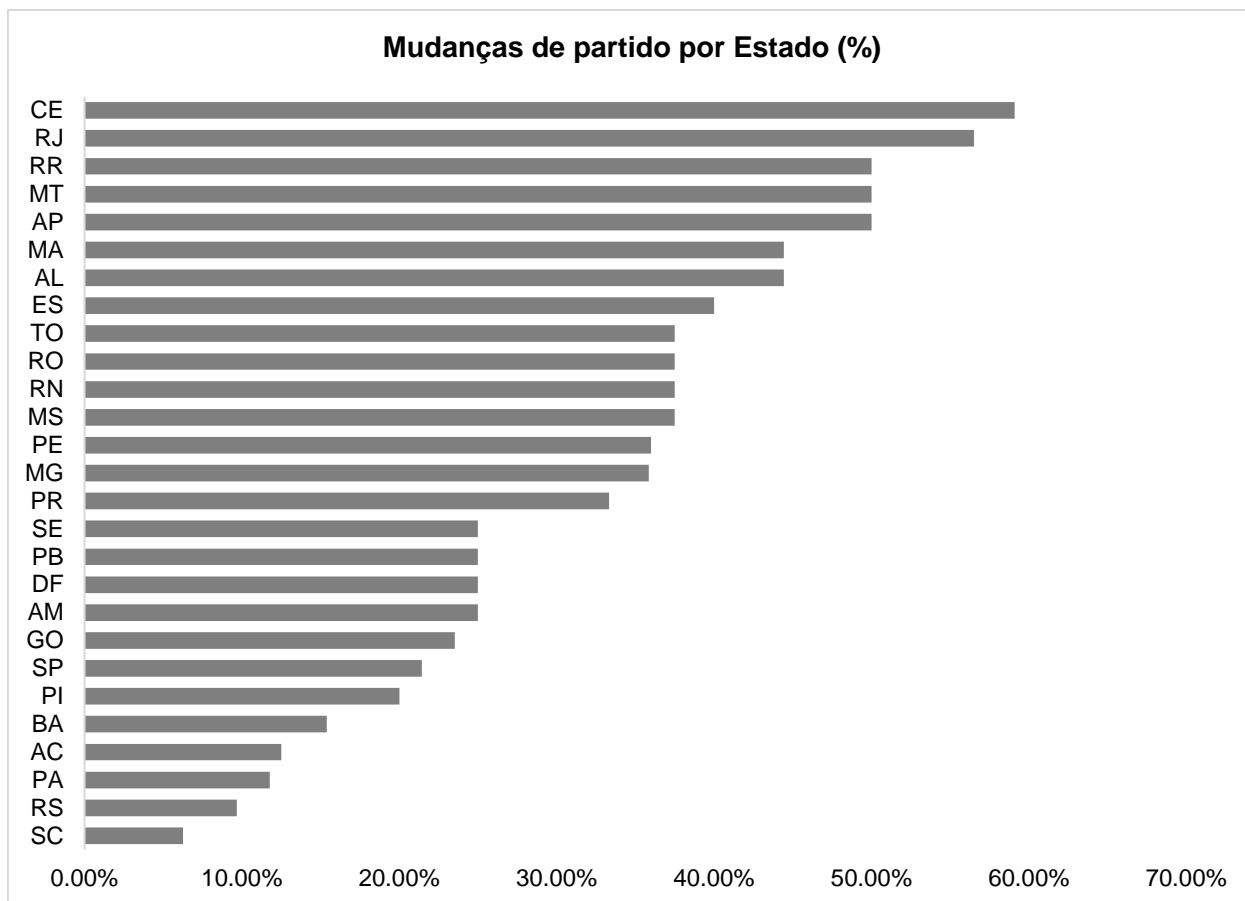
PARTIDO	CHEGADAS	PARTIDAS	SALDO
DEM	25	4	21
PP	18	4	12
PODE	20	6	14
PR	18	11	7
PSL	11	4	7
AVANTE	7	3	4
PEN	4	1	3
REDE	5	3	2
PSOL	2	1	1
PDT	6	6	0
PMB	23	23	0
PSD	16	16	0

PHS	6	7	-1
PRB	7	8	-1
PROS	13	14	-1
PRTB	0	1	-1
PPS	3	5	-2
PTC	0	2	-2
PMN	0	3	-3
PSDC	0	3	-3
PSDB	4	8	-4
PV	2	6	-4
PSC	5	10	-5
PT	1	8	-7
SD	4	11	-7
PMDB	15	25	-10
PSB	11	21	-10
PTB	1	11	-10

Percebe-se que o DEM foi, com folga, aquele que teve melhor saldo. As migrações significaram um aumento de 95,45 % em sua bancada. O PP e o Podemos possuem, respectivamente, o segundo e terceiro maiores saldos. Vale destacar que o Podemos aumentou sua bancada em 350 %. Entre os partidos com piores saldos das migrações, chama atenção o fato do PMDB ter perdido mais deputados que o PT, além da relevante queda do PTB, com saldo negativo representando redução de 40% em sua bancada. Há também o curioso caso do Partido da Mulher Brasileira (PMB). Ele foi criado durante a legislatura, o que permitiu que deputados se filiassem fora da janela partidária sem o risco de perder o mandato. Inicialmente conseguiu atrair impressionantes 23 deputados. Porém, antes do início da segunda janela de migrações, já havia perdido 22 deputados, saindo também o membro remanescente ao final da janela.

Mudanças por estado

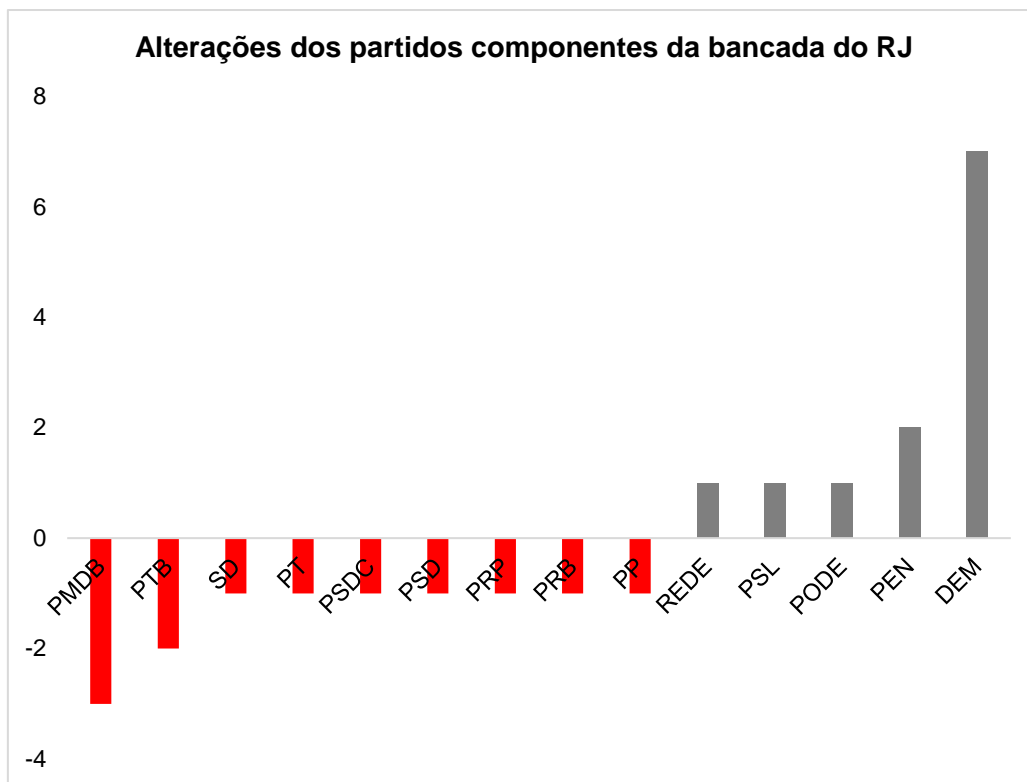
Considerando as bancadas por Unidade Federativa, aquelas nas quais mais se observou a mudança partidária foram as bancadas do Ceará (13 de 22 deputados mudaram de partido) e do Rio de Janeiro (de 46 deputados, 26 trocaram de sigla)



(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

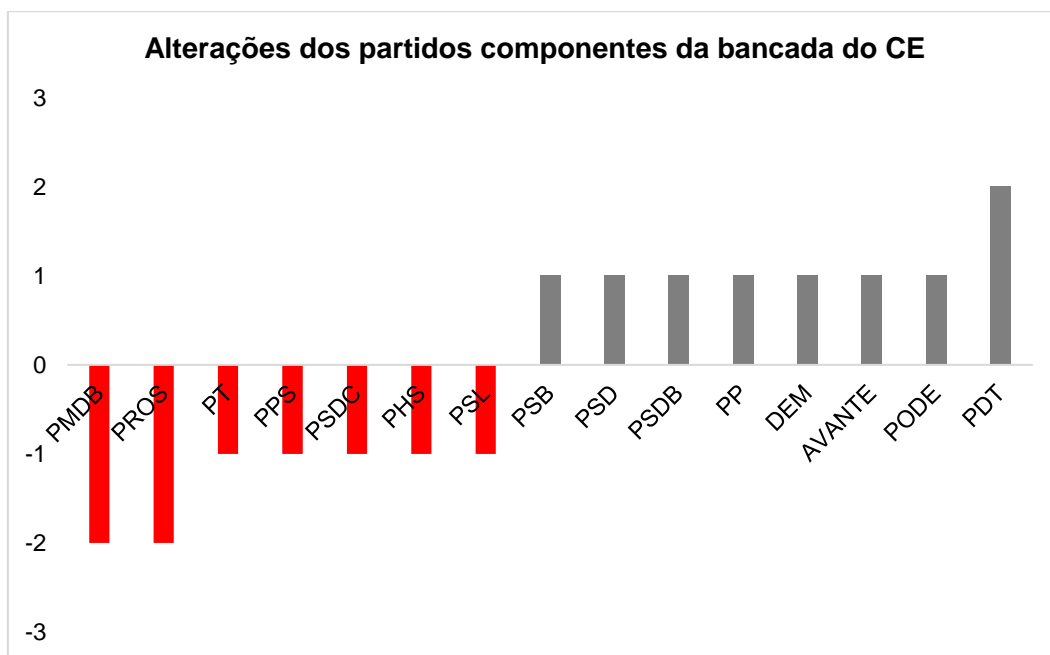
Uma análise mais detalhada da bancada do RJ nos permite observar os seguintes fenômenos: diminuição da bancada do PMDB (3 deputados a menos) e do PTB, pequeno aumento da bancada do PEN e aumento expressivo da bancada do DEM (sete deputados a mais).

O PMDB é um partido que, historicamente, possui forte tradição no estado do Rio de Janeiro, sendo o cargo de governador ocupado ao menos nos últimos quinze anos por políticos filiados a esta sigla. O derretimento do PMDB neste estado vem reforçar a crise pela qual passa o partido. Na contramão, o fortalecimento do DEM pode sugerir um reforço da influência do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), atualmente presidente da Câmara dos Deputados e pré-candidato a presidente.



(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

No Ceará, o estado com maior proporção de migrações, também foi possível verificar uma diminuição na bancada do PMDB e do PROS. O partido que mais se fortaleceu ao longo deste período foi o PDT, do pré-candidato a presidência Ciro Gomes (PDT-CE).



(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

Fundo Partidário

É muito comum em notícias jornalísticas a mobilização do fundo partidário como um dos fatores que determinam a migração partidária. Até recentemente as migrações não determinavam o montante de recursos destinado aos partidos, pois o parâmetro para a distribuição do Fundo Partidário era o número de cadeiras obtidas na Câmara pelos partidos nas últimas eleições. Porém, com a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), as migrações irão ter papel determinante nesse processo. As regras estabelecidas para o FEFC impõem que 35% dos recursos sejam distribuídos segundo o resultado da última eleição e 48% sejam divididos a partir da composição da Câmara no último dia de sessão legislativa imediatamente anterior ao ano eleitoral⁵. Ou seja, as trocas que ocorrerem na primeira janela de migração serão muito importantes para determinar a quantidade de recursos disponíveis aos deputados que irão buscar reeleição ou se candidatar para outro cargo eletivo. Quando havia somente o Fundo Partidário a chegada de um novo membro a um partido diminuía a quantidade de recursos teoricamente destinada a cada deputado. Não havia uma relação linear positiva entre recursos disponíveis e a capacidade de um partido atrair novos deputados. Isso muda com o FEFC, quanto mais deputados os partidos atraírem na primeira janela de migração, maior será o seu acesso a recursos para a disputa eleitoral.

Nessa legislatura o critério de distribuição será a composição da Câmara e do Senado no dia 28 de agosto de 2017. Assim, os maiores beneficiários das migrações da primeira janela, no que tange a partilha do FEFC, serão o PP, DEM e o PR. Os mais prejudicados serão o PTB, PT e PROS.

Mudanças Governo/Oposição

Melo (2004) aborda o fenômeno da migração partidária a partir do cálculo eleitoral feito pelos deputados federais. Assim, seria esperado que os deputados, ao migrarem de legenda, visassem os partidos pertencentes à coalizão governista. Com isso

⁵ A Lei Nº 13.487, de 2007 também estabelece outros critérios de distribuição: 2% são divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral; 15 % são divididos de acordo com a composição do senado, no mesmo período estipulado para a câmara.

conseguiriam direcionar recursos para as suas respectivas bases eleitorais através da execução de emendas orçamentárias e/ou teriam acesso a cargos que permitissem intermediar as demandas de eleitores e políticos de suas regiões junto à burocracia estatal.

Caso um deputado migre para um partido da coalizão governista tendo em vista esse raciocínio, ele estará fazendo uma aposta muito incerta. Como bem mostrou Figueiredo e Limongi (2006), não é incomum o cenário em que deputados da oposição conseguem a liberação de recursos e deputados muito fiéis ao executivo não terem suas emendas orçamentárias executadas. Isso acontece porque o executivo possui grande discricionariedade na execução do orçamento federal e na não há nenhum mecanismo institucional na Câmara dos Deputados que garanta que um voto benéfico ao executivo hoje se transformará em execução de emendas amanhã.

Segundo Melo (2004), fator responsável por alterar o grau de atratividade da base governista é a popularidade do presidente. Com o presidente Temer possuindo baixíssimos índices de popularidade, nessa última janela 27 % dos deputados que trocaram de partido saíram de partidos da oposição em direção à partidos que formam a base de apoio do governo no Congresso: PMDB, DEM, PP, PR, PSD, PTB, PRB, SOLIDARIEDADE, AVANTE, PODEMOS, PROS, PSC e PEN (identificados a partir da orientação partidária para a votação do prosseguimento da segunda denúncia contra Temer). É importante ressaltar que o partido que dentro dessa lógica teria maior capacidade de atração, o PMDB, perdeu 18 deputados nessa janela e somente atraiu seis deputados, sendo um vindo da oposição. Ou seja, foi na condição de partido do presidente em que o PMDB teve a sua maior perda de deputados. O destino desses deputados foi variado, sendo o DEM e PROS os que mais receberam os ex-pmdebistas.

O PSB também foi um caso interessante. O partido inicialmente fez parte da base do governo, mas em maio de 2017 anunciou o rompimento com o presidente Temer. Em 2018 o partido perdeu 16 deputados, sendo que 15 migraram para a base governista. Por outro lado, nessa janela 17% dos deputados migrantes saíram do governo e foram para a oposição.

Oferta de Candidatos

Freitas (2012), analisando a migração a partir dos partidos, encontrou um dado interessante: 44 % dos deputados migrantes, entre 1995 e 2007, escolheram partidos que na eleição imediatamente anterior não haviam elegido nenhum parlamentar em seus estados. Segundo a autora isso é um forte indício de que os partidos constituem uma parte ativa no fenômeno das migrações, buscando expandir o seu eleitorado em áreas nas quais ainda não possuem boa votação. Nessa legislatura o padrão se manteve: 47.5% dos deputados que migraram o fizeram para partidos dos quais passaram a ser o único representante no estado. Esses deputados ganham eleitoralmente ao se inserirem em um contexto de menor competição intrapartidária e possuem grandes chances de assumir cargos relevantes dentro da organização estadual do partido.

Corrupção

O PP conta com 21 deputados sendo investigados no STF, no âmbito da operação Lava-Jato. O PT é o segundo partido com mais deputados envolvidos, contabilizando 9 de seus membros. O DEM possuía somente 4 deputados sendo investigados, mas depois da janela de migrações passou a ter 9 parlamentares. O PMDB aparece somente com 6 deputados (Congresso em Foco, 2018). Diante desses números e com os dados apresentados anteriormente quanto a saída e entrada de novos membros nos partidos, percebe-se que o grande envolvimento do PP nas investigações da investigação da Lava Jato não reduziu sua capacidade de atrair deputados.

Conclusão

Diante dos dados apresentados nota-se que houve mudanças relevantes na composição da Câmara dos Deputados, com partidos como DEM e o PP ganhando força. Excluindo-se o caso do PSB, no geral a força de atração da base governista não se mostrou um bom preditor para o destino das migrações, uma vez que foi significativo o número de deputados que migraram para a oposição. O envolvimento dos partidos na operação Lava-jato também não se mostrou muito relevante. Além do PP pode-se citar o próprio exemplo do PT, inegavelmente muito associado às investigações, mas que se manteve como o maior partido da Casa. Dentre os possíveis determinantes para as migrações partidárias, o que parece ser mais relevante são os cenários políticos dos distritos eleitorais dos deputados. Em outras palavras, especificidades das disputas

eleitorais nos estados parecem ter grande destaque nos cálculos feitos pelos deputados e partidos para tomarem decisões a respeito de se vale a pena e para onde mudar.

Referências

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Dados abertos..** Disponível em: <<https://dadosabertos.camara.leg.br>> . Acesso em: 01/05/2018.

CONGRESSO EM FOCO. **Os deputados investigados na Lava Jato.** Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/os-deputados-investigados-na-lava-jato/>>. Acesso em: 29/03/18.

FREITAS, Andréa. Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 951-986, Dec. 2012 .

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 4, p. 737-776, Dec. 2005

MELO, Carlos Ranulfo de., **Retirando as Cadeiras do Lugar, Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2004.